

Assimilação do grupo moçárabe após a conquista de Toledo no século XI: questões a discutir

Renata Rodrigues Vereza*

Resumo

Com o avanço da Reconquista, durante o século XI, novos territórios foram anexados, e com eles um número crescente de cidades. Com a conquista da maior delas, Toledo, inseriu-se na pauta a assimilação de distintos grupos sociais: muçulmanos, judeus e moçárabes. Este último grupo, apesar de cristão, mantinha diferenças culturais bastante acentuadas em relação aos cristãos nortenhos. Analisar as estratégias de acomodação e de interação deste grupo em relação aos novos dominantes é fundamental para perceber o panorama social e os projetos políticos de Leão e Castela neste momento, bem como a interação da Igreja em meio a este processo.

Palavras-chave: Idade Média; História Ibérica; Reconquista; Moçárabes; Castela.

A dominação muçulmana na Península Ibérica foi profunda e duradoura, se estendendo do século VII ao XV. Longe de ser um processo a parte, e apesar de interações oscilantes com o mundo cristão, a construção da sociedade de al-Andalus deixou marcas indeléveis na Península. Marcas que não foram simplesmente anuladas com a eliminação desta dominação, nem com a cristianização dos territórios conquistados.

Em meio todos os processos sociopolíticos e econômicos que estão articulados com essa dominação, um nos interessa em especial: o que permitiu a criação de um grupo minoritário cristão, denominado moçárabes, que permaneceu vivendo no território dominado pelos muçulmanos. Contudo, a especificidade deste grupo não reside simplesmente nesta permanência, mas no fato de, apesar de terem se mantido fiéis a fé cristã, terem culturalmente se arabizado. Assim, permaneceram diferenciados dos muçulmanos por sua confissão religiosa, mas gradativamente se distanciaram das comunidades cristãs do norte.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Como toda sociedade, a sociedade ibérica foi e é composta a partir de um mosaico de povos, crenças, línguas, etnias e culturas. Processo complexo de composição que, em vários momentos, revelou conflitos impossíveis de serem solucionados por esta mesma sociedade e, por isso mesmo, se torna importante para a compreensão do medievo ibérico. Dentre os inúmeros processos desenvolvidos no seio da sociedade medieval ibérica a expansão territorial, política e social que chamamos de Reconquista, era, em seu âmago, principalmente uma busca por hegemonia política, étnica e religiosa da sociedade cristã. Acabou por nortear uma série de estruturas e de conflitos característicos da sociedade ibérica medieval, ao mesmo tempo em que concorreu para a formação dos Reinos Peninsulares. O termo Reconquista, como marco conceitual, suscita inúmeras discussões e, portanto, concepções distintas. Procuramos utilizar uma definição o mais abrangente possível, uma vez que esta definição não é o objeto do presente artigo. Mas não deixa de ser importante frisar que a definição do termo oscila consideravelmente de acordo com os momentos políticos, como observa Manuel Gonzalez Gimenez (2003).

A Reconquista, processo no qual o mundo ibérico esteve envolvido durante o fim da Alta Idade Média e toda a Baixa Idade Média, mobilizou quase todos os grupos sociais dos vários reinos, mesmo que com diferentes ênfases, e se afirmou como função primordial dos reis. A afirmação da primazia real nos processos de conquista possibilitou que, ao longo dos vários momentos, os monarcas tentassem afirmar sua posição política, deixando assim uma marca indelével nestas sociedades em relação ao poder e à participação dos reis dentro do reino.

Os primeiros momentos desta Reconquista significaram, objetivamente, na anexação de uma série de territórios pouco ou quase nada povoados, em torno das margens do rio Douro. Estes primeiros avanços, nos séculos IX e X, não implicaram, portanto, em anexação massiva de comunidades não cristãs e não desencadearam processos de acomodação de grupos sociais mais complexos.

Contudo, quando do avanço do processo reconquistador cristão em direção a meseta central ibérica no século XI, a anexação de comunidades cristãs moçárabes se tornou uma realidade. O mesmo pode ser afirmado para o caso das comunidades judaicas. Uma realidade que pressupôs, também, a adaptação destas comunidades às novas realidades da cristandade latina, a qual, paulatinamente, as comunidades cristãs do norte ibérico estavam se assimilando.

Dentre os inúmeros espaços onde este processo de adaptação se desenrolou,

nenhum se compara com o da cidade de Toledo. Isto em função do tamanho e importância da cidade e pela dimensão da comunidade moçárabe habitante. A importância da conquista da antiga capital visigoda fez com que tanto a Coroa quanto a Igreja voltassem suas atenções para ela durante o final do século XI. A comunidade moçárabe, mesmo que diminuta no momento da conquista em relação ao padrão anterior, adquire certa relevância no processo de ocupação da cidade. Assim, uma análise mais acurada desse processo de acomodação permite enxergar que mais do que um reencontro entre comunidades cristãs, pode-se pensar em termos de um ajuste relativamente desconfortável entre elas. Isto é, a proximidade étnica e religiosa entre moçárabes e cristão nortenhos não anulou distância cultural construída nos séculos de separação. Na impossibilidade de analisar todas as facetas deste processo de adaptação, focamos o contexto do processo de realocação dos espaços no interior da cidade após a conquista, mais especificamente aos espaços de culto, ou seja, as igrejas. A partir daí podemos perceber uma série de conflitos, mais ou menos dissimulados, entre os antigos e novos grupos habitantes.

Em uma aproximação a *Tulaytula*, a Toledo muçulmana, no século XI, é impossível não perceber a extrema vitalidade da cidade, a intensa movimentação das suas ruas, a grande circulação de homens e mercadorias provenientes dos mais variados lugares, enfim, certa efervescência que a tornava um incontestável pólo peninsular. Capital do reino de Taifa, apesar de penalizada pelas inúmeras *pária* (impostos cobrados pelos reinos cristãos aos reinos taifas para manutenção de proteção e dos acordos de apoio político), exigidas pelos cristãos, exibe uma opulência no século XI ainda invejável, e as descrições a qualificam como capital importante, por seu tamanho e número de habitantes. A solidez e altura de seus edifícios, e a beleza de seus jardins são tidas como incomparáveis e algumas estruturas arquitetônicas, mesmo aquelas mantidas desde o período romano, são descritas com entusiasmo por seus contemporâneos. Al-Bakrī (1982, p.25) diz que qualquer descrição sobre a ponte de Alcântara carece de força, enquanto Al-Idrisi (1964, p.178) detalha com visível admiração o aqueduto e a roda hidráulica que eleva as águas do rio Tejo e as distribui para a cidade.

Como ocorreu com quase todas as outras cidades ibéricas, *Tulaytula* se sobrepôs à cidade romano-visigótica ajustando-se a ela, melhor dizendo, ajustando aos poucos a trama urbana anterior ao novo desenho islâmico que, inclusive, vai se desenvolver apresentando um perímetro bem mais dilatado do que o da área precedente

Durante o período muçulmano da cidade de Toledo, a população moçárabe, não contava com bairro próprio, ficando impossível, assim, estabelecer sua distribuição no recinto urbano, como também é um pouco impreciso estabelecer as igrejas moçárabes durante o período islâmico, por não serem as mesmas que depois serão ocupadas no período cristão. A importância dessa população dentro do cenário muçulmano toledano do século XI também é discutível, apesar de sua irreversível arabização tanto cultural quanto lingüística. As fontes não trazem citações elucidativas e a precariedade de vestígios materiais não concorrem para a formação de um juízo preciso.

Durante o período muçulmano a heresia adocianista¹ deu mais notoriedade à comunidade e patenteia a existência de um contato regular desta com as comunidades cristãs do Norte após a conquista do reino visigótico. Essa heresia foi combatida pelos papas, que reafirmam a condenação em vários concílios, e pelo Beato de Liebana. Isto é, eventos como este demonstram o contato entre o clero cristão de al-Andaluz com o dos Reinos Cristãos do Norte, bem como a existência de certo fluxo de informações. Da mesma forma, a repercussão da heresia adocianista demonstra que a posição da comunidade não pode ser tida como insignificante. Contudo, durante o século XI, parece que sua vitalidade estava bastante diluída e só temos registro de bispos moçárabes até um período bem anterior à conquista cristã, sendo o último conhecido, Pascoal, consagrado em Leão no ano de 1058 (HERNANDEZ, 1982).

Não há um consenso estabelecido entre os historiadores em relação a esta questão. Maria Jesús Rubiera Mata (1992) defende a tese de uma comunidade grande e importante antes da conquista cristã, que teria sido, inclusive, a responsável pela permanência da feição muçulmana da cidade e permitido a melhor assimilação do elemento mudéjar. Contudo, Jean Pierre Mollénat (1992) discorda alegando que esse tipo de afirmação carece de evidência documental e que a maior parte dos moçárabes que aparecem nos documentos a partir do século XII são, em grande parte, imigrantes de al-Andaluz que se refugiam em Toledo, fugindo da perseguição Almôada. A tese de Mollénat é corroborada pela quase ausência de vestígios materiais, mesmo de edificações religiosas, indicando não somente a pouca expressividade da comunidade no período anterior a 1085, mas também a sua precariedade, dada a incapacidade de deixar monumentos percíveis e registros significativos. Julio González também afirma que o

¹ Teoria resgatada e difundida no século VIII e defendida por Elipando, bispo moçárabe de Toledo, na qual se prega que Cristo seria homem e passou a ser filho a partir do batismo, portanto, filho adotivo de Deus, negando assim a consubstancialidade e, portanto, a divindade de Cristo. Esta teoria, logo considerada heresia (Nicéia II, 787), demonstra claramente um intento de conciliação com o islamismo.

número de moçárabes encontrados quando da conquista cristã era diminuto, em maior parte dedicada a ofícios artesanais (ferreiros, carpinteiros, oleiros, dentre outros) e que a comunidade somente começa a ganhar maior corpo com as expedições posteriores que trazem refugiados de al-Andaluz (GONZALEZ, 1988).

Portanto, tendo como base o que temos de concreto sobre a comunidade, a referência mais precisa sobre uma igreja moçárabe durante o período muçulmano se relaciona com Santa Maria de Alficén. Esta Igreja ocupou o posto de catedral da comunidade durante o período e era localizada ao sul de *al-Hizam* (o alcázar). A antiga catedral consagrada a Santa Maria, utilizada durante o período visigótico, algum tempo depois da conquista muçulmana (século IX) cedeu lugar à mesquita *aljama*, quando, inclusive, foi realizada uma reforma que a aumentou.² Clara Delgado Valero faz referência a certos vestígios que podem ser relacionados a algumas outras igrejas visigóticas. No entanto, houve solução de continuidade do uso destes templos pela comunidade moçárabe, levando em consideração que, com o passar do tempo, a diminuição da comunidade e as necessidades dos dominantes levaram à apropriação de inúmeros espaços para outras finalidades.

Os outros registros que existem indicam a localização de outras cinco igrejas moçárabes, contudo, todas fora do perímetro urbano. Três delas estão localizadas a Oeste da cidade, perto do cemitério, uma a Leste e, uma ainda ao Sul. Quase todas estão relativamente próximas às portas de acesso ao recinto urbano. Como há registros de moçárabes instalados em propriedades rurais na região da Veja (região plana que se estende ao norte de Toledo), estas igrejas poderiam servir também a estas comunidades.

Note-se que, com a dominação muçulmana, todos os templos cristãos, com exceção de Santa Maria de Alficén, que ficavam dentro da cidade, foram apropriados pelos novos dominantes e reutilizados com outros desígnios. Essa disposição espacial revela um tipo de segregação que, a princípio, não se suspeita, tendo como base o costume muçulmano de aceitar as minorias religiosas (*dhimmi*) e permitir-lhes a manutenção dos locais de culto e jurisdição. Desta forma, pode-se suspeitar que a não manutenção dos templos anteriores e a transferência dos locais de culto para fora da

² Apesar de a historiografia sobre o assunto concordar com a sobreposição da *aljama* sobre a catedral visigótica, há uma voz dissonante que vale ser citada. Francisco Hernandez (1992) alega que a catedral deveria ficar na região da acrópole que depois foi ocupada pela *alcázar* e que, portanto esta deveria ser identificada não com a igreja sob a mesquita, mas com a igreja de Santa Maria de Alficén que permaneceu com a comunidade moçárabe. A associação da catedral com a igreja/mesquita faria parte do programa de romanização implementado por Bernardo de Cluny e intencionava desprestigiar a comunidade moçárabe. Contudo, apesar de instigante essa teoria parece não ser corroborada por mais nenhum outro historiador do período.

cidade indicam a reduzida importância desta comunidade mesmo bem antes de 1085. Curioso notar que, pela tradição corânica, a permissão para manter a confissão religiosa, em geral, era acompanhada da manutenção dos locais de culto, com exceção das catedrais, que por sua centralidade em relação ao plano urbano se tornavam locais preferenciais para as mesquitas *aljamas* (principais). Em Toledo, contudo, somente vemos a manutenção de uma única igreja anterior, não podendo ser precisamente estabelecido em que momentos a comunidade cristã teve que se transladar para outros espaços, abandonando as antigas igrejas visigóticas.

Dessas temos poucas notícias também. As referências que fazem menção à igreja visigótica de Santa Leocádia podem estar relacionadas aos vestígios encontrados junto à atual igreja de *San Román*, à igreja de *Cristo de la Veja* e à já citada *Santa Maria de Alficén*, sem que se possa afirmar que se trata de uma igreja com culto a Santa Leocádia ou se todas as três eram dedicadas a ela. Outra referência, sobre a igreja dos *Apóstolos Pedro e Paulo*, está relacionada ao local onde hoje se localiza a igreja de *la Guardia Real* (DELGADO VELARO, 1998, p.27). Por fim, existe a hipótese de que sob a mesquita de *Cristo de la Luz* estaria uma igreja visigótica da *Santa Cruz*, contudo esta hipótese não é plenamente corroborada pelos especialistas.

A dificuldade em estabelecer o número e a localização dos templos moçárabes durante o período muçulmano deve-se ao fato de não serem nem os mesmos que passaram a ser utilizados pelo grupo depois de 1085, nem exatamente os mesmo existentes anteriormente, no período visigótico. Dessa forma, o panorama que se pode apontar referente aos espaços de culto moçárabes no século XII estava reduzido a um templo intramuros, o de Santa Maria de Alficén. Os outros dos quais temos referências – *Santa Leocádia*, *San Felix*, *San Servando*, *San Pedro* e *San Esteban* – se localizam em áreas periféricas fora da muralha da cidade. Utilizamos como base o plano proposto por Aparício Bastardo (1993, p.31-38), cujo plano extremamente esquemático infelizmente impede a localização precisa de algumas destas edificações. Mesmo assim, o plano atende ao objetivo de visualizar o alijamento espacial das igrejas moçárabes em relação a madina islâmica e de mostrar a concentração que pode indicar a existência de possíveis arrabaldes desta comunidade. A referida disposição geográfica das igrejas indica a pouca expressividade, ou pelo menos o status acanhado, da comunidade cristã toledana e ratifica a posição adotada tanto por Jean Pierre Molenat, quanto Julio González.

Contudo, desse arranjo espacial pode-se tirar algumas conclusões sobre a

situação da população moçárabe em Toledo. Ao contrário do que acontecia no resto da cristandade reformada, onde a divisão paroquial correspondia a um espaço físico concreto e aos fiéis que nele habitavam, a Igreja de tradição visigótica não associava os fiéis com o território ou a jurisdição. Assim, a pertença a uma comunidade religiosa (que estamos definindo como paróquia) ocorria em função dos laços sociais e familiares e não espaciais. Portanto, seria temerário afirmar que as comunidades cristãs somente se localizavam nas imediações das igrejas que citamos, o que também significaria dizer que elas majoritariamente habitavam nos arrabaldes e/ou áreas rurais. Não podemos afirmar a inexistência da presença moçárabe no interior da cidade e os indícios não corroboram uma hipótese de áreas muito povoadas fora das muralhas, principalmente nas regiões onde se supõe que estejam as igrejas moçárabes. Ainda mais por estas áreas ainda hoje manterem características rurais. Contudo, não podemos excluir a existência de arrabaldes não murados, perto de algumas portas, tais como a de *Bāb al-Yahud* e de *Bāb al-Azinach*. É possível também pensar que, uma vez não existindo relação paróquia-igreja, muitas famílias precisavam cruzar toda a cidade ao se deslocarem para o local de culto.

Por outro lado, se esta disposição dos edifícios religiosos não nos permite assegurar uma marginalização das áreas de residência da comunidade moçárabe, permite concluir que este alijamento se dava no caso particular do clero moçárabe. Falamos de alijamento e não confinamento, isto é, não há registro de impedimento de circulação do clero, mas, sem dúvida, dada à localização dos templos o contato desse clero com a comunidade muçulmana não devia ser das mais intensas.

Mesmo que não tenham sido confinados em bairros próprios ou relegados obrigatoriamente aos arrabaldes extramuros, simbolicamente estão apartados da *madina*. Este arranjo espacial, quer os moçárabes residam dentro da cidade quer fora, propicia a sua intensa circulação no interior desta, indo em direção às suas igrejas ou aos *suqs* (mercados), uma vez que também não são registrados *suqs* próprios, como no caso do específico para a comunidade judaica. Esta circulação mais intensa pressupõe maior contato com a comunidade islâmica, o que, pode-se inferir, contribuiu para a profunda arabização destes moçárabes.

Outra estrutura, o cemitério extramuros moçárabe, se localizava à noroeste da cidade (entre *bab Yahud* e a Igreja de Santa Leocádia), onde também se localizavam todos os outros cemitérios da cidade. Com uma tradição semelhante à romana, os muçulmanos têm o hábito de realizar os enterramentos sempre fora das cidades,

costume que também aplicaram em al-Andaluz. Em função disto, as comunidades cristãs dificilmente teriam permissão para realizar enterros no interior da cidade, pensando somente, neste caso, na igreja de Santa Maria de Alficén, tendo que seguir a tradição islâmica de necrópoles externas. Como são encontradas tumbas em toda a região da Vega toledana, inclusive nas ruínas do circo romano, torna-se difícil estabelecer o número de cemitérios islâmicos, bem como a área ocupada por eles. O cemitério hebreu, de mais fácil localização, estava situado um pouco mais ao norte, na direção do caminho de Medinaceli e Saragoza.

Com a conquista de Toledo ocorreu uma profunda transformação da estrutura espacial da cidade, ainda que o plano urbano tenha se mantido inalterado. A mudança de poder levou à criação de novas relações no interior da cidade e, mesmo que os moçárabes toledanos tenham obtido garantias na capitulação, passaram a se relacionar com novos grupos e sob novas regras. Ou seja, o acordo de rendição, dada a forma negociada de entrega da cidade, incluía também a população cristã da cidade, o que, segundo a tradição, incluiria a manutenção dos locais de culto e das propriedades urbanas.

Uma das grandes transformações ocorridas foi a reorganização do tecido urbano em torno de paróquias, na formação de dois círculos concêntricos ao redor da catedral, que deu nova interpretação a esse espaço e estabeleceu novas relações de poder. Não somente pelo poder emanado da catedral em relação às paróquias, mas porque a divisão cristã associa os fiéis em relação a um espaço territorial determinado. Assim, a divisão em paróquias (sem similar existente tanto para muçulmanos quanto entre moçárabes) coincide quase sempre com a divisão em bairros, nos quais os habitantes estão atrelados religiosa, jurídica e fiscalmente a uma comunidade que é estabelecida em bases religiosas. As novas paróquias instaladas na cidade se sobrepuseram não somente à lógica urbana muçulmana, mas também à dos moçárabes. Some-se a isso, que desde a adoção do rito romano pelo reino de Leão e Castela inicia-se um programa de romanização dos ritos praticados pela cristandade ibérica que desprezava a cultura moçárabe, entendida antes de tudo como superstição pela Igreja de Roma.

A comunidade moçárabe, apesar de cristã, acabou muitas vezes por ser percebida como minoria. Mesmo que algumas famílias tivessem certo prestígio, obtendo inclusive acesso a cargos importantes e exercendo poder político considerável, não deixava de ser avaliadas como um grupo que praticava um cristianismo considerado

excêntrico. A substancial arabização dos costumes fez com que mesmo comungando da mesma fé fossem tidos como um corpo estranho pela Igreja reformada.

Esta arabização, já evidente no século IX, não se reduzia à utilização do vestuário e do árabe como língua cotidiana³, mas, em vários casos, também remetia à prática da circuncisão, ao interdito da carne de porco e até mesmo ao hábito de se ter concubinas, não impedindo, contudo, que essa comunidade sofresse preconceito por parte dos muçulmanos, em especial os moçárabes das camadas mais humildes (GIL, 1997, p.105). A ausência de uma coesão entre as distintas comunidades dificultava ainda mais seu posicionamento, pois muitas vezes se digladiavam, oscilando entre a brandura e o rigorismo, a apostasia e o misticismo. Todos esses conflitos acabaram por se reproduzir no mundo cristão e pensarmos nos moçárabes como um grupo coeso seria uma ilusão. Assim, logo após a conquista e até que um processo inverso de aculturação fosse iniciado, continuaram sentindo-se, da mesma forma que antes em relação à sociedade islâmica, como um elemento não completamente inserido ou encravado com certo desconforto dentro da sociedade cristã. Um trecho de um breviário composto no século X dá bem o tom dessa comunidade oprimida, mas não completamente anulada, indicando como mesmo antes de 1085 a situação não era entendida como das mais confortáveis:

O Dios, que hás querido que tu Iglesia crezca entre las adversidades, derriba la sobriba de los que trabajan contra ella y subjugalos propicio a la unidad de tu verdad! (BREVIÁRIOS MOZÁRABES, BNM, MS, DD68)

Contudo, os monarcas ibéricos tinham ciência da impossibilidade de anular esse grupo e, apesar das pressões papais, tendiam a realizar uma política conciliatória. Mas, mesmo nesse campo, Toledo foi de novo uma exceção, pois o que a princípio poderia parecer um grande projeto de sociedade múltipla acabou esbarrando de novo, como no caso da transformação da mesquita *aljama* em catedral, em projetos mais excludentes, principalmente naqueles ditados por Roma, com sua política uniformizadora.

A política conciliatória dos monarcas parecia, por vezes, esbarrar na de Roma. Não só por garantir a esse grupo a conservação de seu rito e de alguns templos, mas por garantir a manutenção do uso do *Fórum Iudicorum*, legislação visigótica pela qual

³ O árabe falado e escrito pelos moçárabes era uma variante ibérica, mas sem dúvida se tratava de árabe. O incomum nisto é que, pela tradição, somente se codificava na forma escrita o árabe clássico e não os diversos dialetos locais do Islã, pelo fato de a língua ser considerada sagrada. Contudo, o fato de serem eles cristãos os liberava deste tipo de interdição.

permaneceram se regendo durante todo período muçulmano. Assim, ao passo que o Bispado de Toledo tentava anular aquilo que entendia como desvio, a Coroa permitia a manutenção, através de privilégios, as características específicas desta comunidade. A posição do bispado, no entanto, é bastante coerente. Ocupado por um cluniasense francês, é a materialização da aproximação da Igreja Ibérica, por tanto tempo autônoma, de Roma. Também indica os esforços, tanto do Papado, quanto da Monarquia, em enquadrar a igreja ibérica nos paradigmas da reforma.

Alfonso VI outorga em 1101 o que é chamado de *Fuero de los Mozarabes*, privilégio concedendo as garantias acima citadas à comunidade, além da manutenção de bens ou possibilidade de obtenção de novos bens a partir das repartições de terras e propriedades abandonadas. Pelo texto do privilégio podemos ver que Alfonso equipara castelhanos e moçárabes quando, para fazer a pesquisa sobre a ocupação de terras manda que o alcaide escolha os melhores cidadão, entre os moçárabes e os castelhanos. (IZQUIERDO BENITO, 1990, DOC 01). Vemos então que alguns moçárabes nessa data já faziam parte da camada superior da cidade, o que também se confirma quando o privilégio diz que se refere a todos os moçárabes de Toledo, “*tam cavaleros quam peones*” (IZQUIERDO BENITO, 1990, DOC 01). Esta equiparação também aparece em um privilégio de 1137 que exime os vizinhos de Toledo de pagamento de portagem e *alexo*/dízimo real (MUÑOZ Y ROMERO, 1847, p.375).

Entretanto, essa diferenciação jurídica da comunidade moçárabe parece permanecer por muito tempo, tomando por base a confirmação desse privilégio em 1351, por Pedro I (IZQUIERDO BENITO, 1990, DOC 02). Isto é, mesmo que alguns elementos consigam certa mobilidade social, a diferenciação em relação ao grupo castelhano ainda permanece. Com o passar dos séculos e com o incremento da população moçárabe em Toledo os membros da comunidade foram adquirindo cada vez mais poder político, galgando postos no governo da cidade, recebendo títulos nobiliárquicos e dando origem a linhagens extremamente influentes em Castela. Sem dúvida, tudo isto aconteceu à custa da perda gradativa da sua identidade e uma irreversível castelhanização. No século XIII os documentos produzidos pelo grupo passaram gradualmente a não utilizar mais o árabe, no século XIV não encontramos mais essa diferenciação e no XVI a liturgia moçárabe ou visigótica não era mais utilizada.

Concorda-se que após a conquista de Toledo a comunidade moçárabe foi dotada com seis paróquias onde pôde permanecer com a prática do rito visigótico. Como a

diferença entre cristãos moçárabes e cristãos romanos é referente ao rito, isto é, a liturgia, e como isso não se refletiu na forma e plano dos edifícios religiosos, torna-se difícil estabelecer com precisão o número de igrejas que foram destinadas aos moçárabes durante a Idade Média, ainda mais pelo fato de essa diferenciação ter sido anulada já no século XV. Poucos são os autores que atribuem um número maior que sete e, mesmo assim, sem fontes que corroborem essa hipótese. A maioria absoluta dos estudiosos e arqueólogos trabalha com os números que apresentamos por serem os mais seguros. A dúvida entre seis ou sete paróquias vem do fato da documentação fazer referencia a igrejas com o mesmo nome sem que se possa estabelecer com precisão se ele corresponde a um ou dois templos distintos. O número não difere muito daquele anterior a 1085 e parece ter sido suficiente para a não muito numerosa população moçárabe remanescente da cidade, embora haja uma mudança substancial na localização dos templos utilizados. Em uma primeira análise, se fosse levado em conta somente o critério de localização espacial, poderíamos afirmar que a comunidade foi bastante beneficiada e que sua situação passou a ser bastante confortável. Os novos edifícios destinados ao rito visigótico estavam localizados todos dentro da cidade, indicando uma melhora no status desse grupo social. E, sem dúvida, essa melhora ocorreu. Mesmo diferentes, eram entendidos como população cristã e passaram a gozar dos mesmos direitos políticos que a comunidade castelhana. Em pouco tempo encontraremos moçárabes na condição de cavaleiros e de proprietários de terras, alguns deles muito bem inseridos dentro da comunidade cristã toledana.

Das seis paróquias moçárabes, quatro se concentram a Sul da cidade. O que a princípio poderia parecer indicar certa concentração populacional não pode ser afirmado. Dos seis edifícios, dois são notadamente muçulmanos: *San Marcos* e *San Sebastián*, sendo este último anteriormente uma mesquita. Os outros quatro têm vestígios visigóticos e talvez pudessem ser utilizados como igrejas naquele período, o que quiçá tenha influído na sua entrega aos moçárabes. Mas, ainda assim, permanecemos no terreno das suposições, pois outros edifícios como o da Igreja de *San Salvador*, que também têm vestígios de sua construção no período visigótico, como também a Catedral de Santa Maria de Alficén, não foram entregues a essa mesma comunidade.

Não raro, veremos algumas estratégias espaciais por parte da Igreja e de seus membros que revelam intenção de segregação. Convém estabelecer, em primeiro lugar, que a permissão dada por Alfonso VI para a manutenção do rito visigótico se referia

somente as seis ou sete paróquias que ficaram nas mãos da comunidade remanescente e que, ao que tudo indica, satisfaziam bastante bem ao seu tamanho. A chegada contínua de um número muito grande de moçárabes andaluzes não fez crescer o número de “paróquias”, pois isso era uma prerrogativa dos que já habitavam a cidade antes de 1085. Os recém-chegados foram absorvidos dentro do novo sistema paroquial. Em meados do século XII o número de igrejas de rito romano supera em muito ao de rito visigótico, mesmo que a população moçárabe seja numericamente superior à castelhana, confirmando assim a absorção dos novos contingentes dentro do esquema castelhano. As igrejas romanas estão muito mais bem distribuídas pela cidade, sendo que nem todas reaproveitaram antigos edifícios, e sim foram construídas com essa finalidade. Nesse último caso, podemos dizer que cada uma delas corresponde a uma paróquia e que em torno delas gravita a população que reside ao redor: moçárabe, castelhana, franca, galega, catalã; enfim cristã. Assim, tais paróquias constituem pólos de atração da circulação urbana, direcionando o fluxo local, em especial, o feminino. Essa atração é reforçada pela formação, desde muito cedo, de confrarias nessas paróquias, intensificando o fluxo de pessoas e gerando uma maior interação da comunidade com a igreja local.

Essas igrejas também condicionam o tecido urbano, quer por deixarem marcas toponímicas (*Calle Santa Justa, Calle San Marcos, Calle San Giné*), quer por levarem à remodelação de seu entorno quando ocorrem reformas ou expansões, quer por levarem à abertura de pequenos espaços contíguos, que funcionam como acanhadas praças. Uma vez inseridas em uma estrutura hierárquica, delas também parte um fluxo, pequeno mas constante, em direção à catedral e desta em direção a aquelas.

Não somente o fato de os recém-chegados moçárabes terem sido inseridos nas paróquias romanas indica a intenção de diluir essa população em ambiente castelhano, mas, antes de tudo, está a questão relativa ao assentamento da nova catedral. Durante todo o período muçulmano a igreja de Santa Maria de Alficén ficou como catedral dos cristãos toledanos e considerando que, até pelo menos meados do século XI, havia comunicação direta entre esta comunidade religiosa e as outras da Cristandade – fato corroborado pelos bispos terem que ir até Leão para serem empossados –, podemos dizer que este bispado era reconhecido por Roma.

Mas assim que a cidade foi conquistada, em 18 de dezembro de 1086, o Papa restituiu o bispado, dando a entender que ele nunca havia existido ou que ao menos teria

deixado de existir, e negando à comunidade moçárabe qualquer participação nesse processo (LOS CARTULARIOS DE TOLEDO, DOC. 02). É possível suspeitar que, por não termos mais notícia de investidura de bispos desde a primeira metade do século XI, o bispado tenha ficado vacante durante algumas décadas, mesmo que a comunidade e o clero local não tenham se extinguido. Contudo, é impossível negar que a comunidade de cristãos toledanos conseguiu manter a continuidade por séculos e a possível inexistência de um bispo investido não anula a existência de uma estrutura clerical permanente. Como resultado desta postura de Roma, a antiga catedral de Santa Maria de Alficén foi doada por Alfonso VI aos monges de *San Servando* que passaram a utilizá-la como albergue (LOS CARTULARIOS DE TOLEDO, DOC. 09).

Essa mudança de função do edifício aparentemente simples representa mais um passo na política de afastamento da comunidade moçárabe e, em especial, do clero. Reduzindo a catedral de Santa Maria de Alficén a uma hospedaria, a Igreja reformada parecia querer colocar em segundo plano aquilo que qualificava como superstição visigótica. Por outro lado, é admissível perceber aqui uma atitude basculante da Coroa. Ao mesmo tempo em que protege a comunidade legalmente, está interessada na romanização do reino, pois, sem dúvida, a aproximação com o papado tem implicações políticas bastante relevantes e oportunas. Assim, o enfrentamento direto, que ocorreria com a manutenção da catedral de Santa Maria a Alficén, com o bispado e com o bispo francês não seria conveniente nesse momento.

Uma atitude como essa não poderia ser levada a frente sem certo desconforto, assim uma justificativa é construída. A alegação de que a antiga basílica visigótica seria a igreja que estaria embaixo da mesquita *aljama*, e não Santa Maria, apesar de ser uma boa justificativa, ao final engendra duas outras intenções. Primeiro, ao se refazer o elo diretamente com o passado visigótico se pretendia anular, ou ao menos esmaecer, os quase quatrocentos anos de permanência de comunidades cristãs na cidade que garantiram a manutenção da religião e de certa estrutura eclesiástica. Segundo, ao se excluir o clero moçárabe desse processo de reestruturação e relegá-lo a espaços de atuação bem definidos e delimitados dentro de paróquias específicas e sem nenhuma participação efetiva na estrutura geral, identifica-se uma postura deliberada de afastamento, a mesma inclusive que pode ser vista em Valência.

A revolta de 1095, onde o clero moçárabe, aproveitando-se do afastamento de D. Bernardo (bispo da cidade) para seguir uma cruzada, destituiu o seu lugar tenente e tomou a catedral, nos mostra como a postura adotada pela Igreja gerou tensões e foi

entendida como arbitrária pelos moçárabes, que diante do ocorrido pareciam querer assumir uma condição mais atuante. Contudo, D. Bernardo, que contava com a estrutura da Igreja a seu favor, restabeleceu rapidamente a ordem anterior e mandou vir do mosteiro de Sahagun um contingente de cluniacenses para reforçar a sua posição. Somente perto de meados do século XII começamos a ver assinaturas de moçárabes em documentos da catedral, mesmo assim como testemunhas ou doadores. O primeiro a ocupar o bispado foi Gonzalo Pedro Gudiel, em 1280, portanto, praticamente dois séculos depois da conquista, mas em um momento em que a comunidade já havia se castelhanizado de forma acentuada como apontamos anteriormente.

Voltamos, portanto, ao ponto já mencionado: a realocação espacial das igrejas de culto visigótico depois da conquista nos parece à primeira vista uma excepcional mudança e melhora de status da comunidade moçárabe na nova constituição político-social toledana. Mas frente ao desenrolar do enredo nas primeiras décadas cristãs nota-se que, mesmo podendo falar de uma melhora substancial do status da comunidade, não podemos falar em inserção total e que, especialmente, procurou-se restringir a atuação religiosa do rito visigótico em pontos bastante demarcados. Os documentos são praticamente mudos sobre o destino das antigas igrejas moçárabes. Sabe-se que a igreja de Santa Leocádia de Afuera, localizada perto do cemitério moçárabe estava *destructa e ruinosa* em 1221. Foi dado ao arcediogo da igreja o usufruto das vinhas com a condição de reconstruí-la. Não é especificado se ela permanece destinada ao rito moçárabe, mas o documento está registrado no Arquivo Histórico Nacional na seção de documentos moçárabes, o que nos faz suspeitar que talvez ela tenha permanecido nas mãos do grupo, quiçá para atender às comunidades rurais (LOS CARTULARIOS DE TOLEDO, DOC. 21).

Como a estrutura religiosa e paroquial moçárabe não era territorial e sim familiar, é impossível reconstituir os circuitos de deslocamento de seus membros dentro da cidade, como também estabelecer concentrações residenciais. A documentação nos indica uma dispersão da comunidade por vários bairros da cidade. Vemos a família moçárabe mais influente nas primeiras décadas, os Polichení, residindo na colação de *San Ginés* (LOS CARTULARIOS DE TOLEDO, DOC. 298). Mas também vemos diversos membros da comunidade residindo em locais como Bairro da Catedral, de *San Antolín*, de *San Marcos*, de *San Lorenzo*, de *San Andrés*, da *Puerta de Hierro*, de *San lucas*, de *San Justo*, de *La Magdalena*, de *Santa Leocádia*, de *San Vicente* (LOS

CARTULARIOS DE TOLEDO, DOCS. 160, 314,417, 751,13, 52,68,236,796, 167,272 356, 380, 56, 156, 717, 128, 332, 627, 655, 91, 149).

A documentação, portanto, indica a existência de residências moçárabes em quase todos os bairros. Essa documentação não indica onde todos os moçárabes moravam, mas onde temos registro de sua residência. Na verdade são poucos os documentos que indicam o local de moradia, e como traçamos um plano de localização baseados em documentação notarial, em especial contratos de compra e venda, não é indicada a residência do vendedor/comprador, somente do imóvel objeto da transação. Assim, boa parte dos moçárabes que não tinha imóveis, ou que não fez deles objeto de negócio, não aparece citado. Desta forma, é bastante provável que tenham se espalhado ainda mais pela cidade. Mesmo baseados em um plano impreciso e reduzido, percebe-se que a documentação não indica concentração em um determinado bairro ou setor e que a disposição não coincide obrigatoriamente com as paróquias de rito visigótico.

A situação ficou mais complexa com a chegada gradativa dos moçárabes andaluzes a partir do final do século XI, intensificada durante o século XII. A política bastante radical dos novos dominantes muçulmanos norte-africanos, os almorávidas, que gerava constrangimentos e perseguição aos cristãos, levou a uma maciça migração desses últimos em direção aos territórios já “reconquistados”. Isto é, a política de conciliação não havia perdido força somente nos reinos cristãos. Apesar das disposições corânicas, o mundo muçulmano norte africano não lidava mais de forma tolerante com os cristãos residentes em seu território. A passagem para o século XII foi um ponto importante de virada na postura em relação às minorias para ambos os lados envolvidos no conflito.

Toledo recebeu boa parte dessa população que, como já mencionamos, apesar de comungar do mesmo rito visigótico que os moçárabes toledanos e das mesmas características culturais, foram absorvidos e inseridos dentro das novas paróquias romanas da cidade, o que estava bem de acordo com a política religiosa e cultural que estava sendo posta em prática pela Igreja nesse momento. Os novos integrantes contribuíram ainda mais para enriquecer a diversidade cultural da cidade. Se por um lado tiveram que conviver com castelhanos e outros cristãos dentro dos templos de rito romano, sem dúvida tinham mais afinidade cultural com aqueles que freqüentavam os de rito visigótico, mas também, provavelmente, foram os que se castelhanizaram mais cedo. De qualquer forma, os moçárabes imprimiram características muito particulares a Toledo. O uso do árabe como língua escrita e falada, talvez seja a que mais sobressai e

deveria dar aos estrangeiros que chegavam à cidade a sensação de estar em uma medina muçulmana. O uso do árabe não parece ter ficado restrito ao convívio da comunidade, o que pode ser facilmente percebido na documentação notarial, toda ela escrita em árabe, mesmo os contratos que envolviam somente cristãos não moçárabes. Some-se a isso o fato de a comunidade judaica também dominar a língua e ter adotado nomes árabes para os contatos fora da comunidade.

De alguma forma, foram os notários moçárabes, instruídos na tradição notarial muçulmana que dominaram a função e faziam uso do árabe. Pelo menos na documentação escrita, esse idioma não desaparece antes do fim do século XIII. Surpreendente é perceber que vários cristãos, até mesmo francos, adotam nome árabe, pelo menos da documentação. É o caso de Jair ben Rucui que compra uma casa em 1095, na *Plaza del Caxalí*, vizinha à casa de moçárabes e de um outro franco (GONZALEZ PALENCIA, 1947, DOC. 04), e de Yahia ben Temam, que procedia da Gasconha (GONZALEZ PALENCIA, 1947, DOC. 160).

A proximidade com os francos, que provavelmente gerou a situação descrita, não é de se estranhar. Povoadores de primeira hora junto com os castelhanos, muitos inclusive participaram da campanha junto com Alfonso VI, tiveram um contato estreito com a população muçulmana e moçárabe em um momento em que era minoria. O documento aludido acima fala de um momento muito próximo da conquista (10 anos) e já indica o assentamento permanente de francos através da compra de imóveis e de sua inserção na comunidade local.

Disso resulta mais compreensível a qualificação de Toledo como a cidade da tolerância no século XII, entendendo-se, como já dissemos, que isto não significa harmonia completa. Mas, dadas a disposição específica da trama urbana e a morfologia, os usos que foram conferidos aos espaços e as valorações estabelecidas não poderiam ser diferentes. O encontro entre os diferentes grupos étnicos, sociais e religiosos era inevitável, sendo dessa forma necessário encontrar mecanismos de convívio que matizassem os atritos e conflitos e permitissem a sobrevivência da sociedade toledana. Matização e não anulação. Ocupação da catedral por moçárabes, matança de judeus, migração de muçulmanos para al-Andaluz indicam a existência destes conflitos. O arranjo específico espacial implicou na construção, mesmo que não intencional, de arranjos sociais que permitissem o convívio, ao menos pacífico, e provocou a constituição de uma sociedade, tão original quanto heterogênea, como a de Toledo.

Diante desse panorama, a criação de uma sociedade heterogênea como a de Toledo, apesar de feita sobre acomodações, não sugere a ausência de conflito e de violência. Isso, mesmo no caso dos moçárabes que, a princípio, por questões religiosas, deveriam ser entendidos como iguais pelos cristãos em geral e mais assimiláveis que os outros grupos absorvidos, muçulmanos e judeus. Dessa forma, a verdadeira assimilação do grupo somente se dá quando perde as características que o diferenciava, deixando de ser moçárabes e passando a ser apenas castelhanos. O abandono do árabe no XIII, a utilização de nomes castelhanos e a extinção do rito no fim do século XV dão conta deste processo. Portanto, falar de Toledo como uma sociedade plural, no sentido de entendimento e aceitação do outro, não se sustenta após uma análise mais aproximada.

Mesmo sendo um caso pontual, o caso toledano é emblemático da política de assimilação e acomodamento das minorias no reino castelhano. E apesar das generalizações serem sempre perigosas, é possível afirmar com certa tranquilidade que essa política não era somente direcionada a uma única cidade, mas representava uma postura geral frente à comunidade moçárabe em todo o reino.

Abstract

With the advancement of the Reconquest, in the XI century, new territories were annexed, and with them a growing number of cities. With the conquest of the biggest of them, Toledo, was insert the assimilation of distinct social groups: Muslims, Jews and Mozarabics. The latter group, though Christian, kept very marked cultural differences in relation to Christian northerners. Analyze the strategies of accommodation and interaction of this group in relation to the new prevalent is crucial to understand the social scene and the political projects of Lion and Castile at this time, as well as the interaction of the church through this process.

Key words: Middle Ages; Iberian History; Reconquest; Mozarabics; Castile.

Referências

AL-BAKRĪ, Abū 'Ubayd. *Geografia de Espanha – Kitāb al-Masālik Wa-l-Mamālik*. Zaragoza: Universidade de Zaragoza, 1982.

AL- IDRISI. *Geografia de Espanha*. Valencia, 1964.

BASTARDO, J. A. Aparício. *Evolución de la topografía religiosa cristiana alto medieval en la urbe toledana: las iglesias mozárabes*. IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Valencia, 1993. p.31-38.

BREVIÁRIOS MOZÁRABES. Manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, MS. Dd. 68, traduzido por Simonet, Francisco Javier. *História de los mozárabes de Espana*. Madrid: Turner, s.d, tomo III.

DELGADO VALERO, Clara. La estructura urbana de Toledo en la época islámica. In: *Regreso a Tulaytula. Guía del Toledo Islámico. Siglos VIII-XI*. Toledo: Junta de comunidades de Castilla-La Mancha, 1998.

GIL, Juan. Las tensiones de una minoría religiosa: la sociedad mozarabe. In: *Los Mozárabs, una minoría olvidada*. Sevilla: El Monte, 1997. p.89-142.

GONZALEZ GIMENEZ, Manuel. Sobre la ideología de la Reconquista. In: *Memoria, mito y realidad en la historia medieval XII*. I Semana de Estudios Medievales. Nájera: Insituto de Estudios Riojanos, 2003. p.151-170.

GONZÁLEZ, Julio. Repoblación de Toledo. In: *Estudios sobre Alfonso VI y la Reconquista de Toledo*. Actas del II Congreso Intenacional de Estudios Mozárabes. Toledo: Instituto de Estudios Visigóticos-mozárabes, 1988. p.99-113.

GONZÁLEZ PALENCIA, A. *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*. Madrid, 1947.

HERNÁNDEZ, Francisco. A cathedral, instrumento de assimilação. In: CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo. *Privilegios Reales otorgados a Toledo durante la Edad Media*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y estudios Toledanos/Diputación Provincial, 1990.

Los cartularios de Toledo. Ed. HERNÁNDEZ, Francisco. Madrid, 1985.

MOLLÉNAT, Jean Pierre. Os moçárabes: um exemplo de integração. In: CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MUÑOZ Y ROMERO, Tomas (org.). *Collecion de fueros municipales y cartas pueblas*. Madrid: Imprenta de Don José Maria Alonso, 1847.

RUBIERA MATA, Maria Jesús. Os primeiros mouros convertidos ou as primícias da tolerância. In: CARDAILLAC, Louis (org.). *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.